

Análise do Desmatamento em Mato Grosso (Prodes/2017)

Entre agosto de 2016 e julho de 2017, a taxa de desmatamento da área florestal na Amazônia, levantada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi de 6.624 km².

Mato Grosso foi responsável por 20% de todo o desmatamento detectado na Amazônia, o que significou mais de 1.341 km² de florestas desmatadas em corte raso (Figura 1).

Com essas taxas, 2017 representa uma redução de 16% na Amazônia como um todo e de 10% em Mato Grosso.

Em 2015, na COP21, Mato Grosso se comprometeu em eliminar o desmatamento ilegal até 2020 e passar abaixo de 571 km² até 2030. Neste contexto, os 1.193 km² de desmatamento ilegal e 1.341 km² de desmatamento total ainda representam taxas muito elevadas para que o estado consiga cumprir seu compromisso.

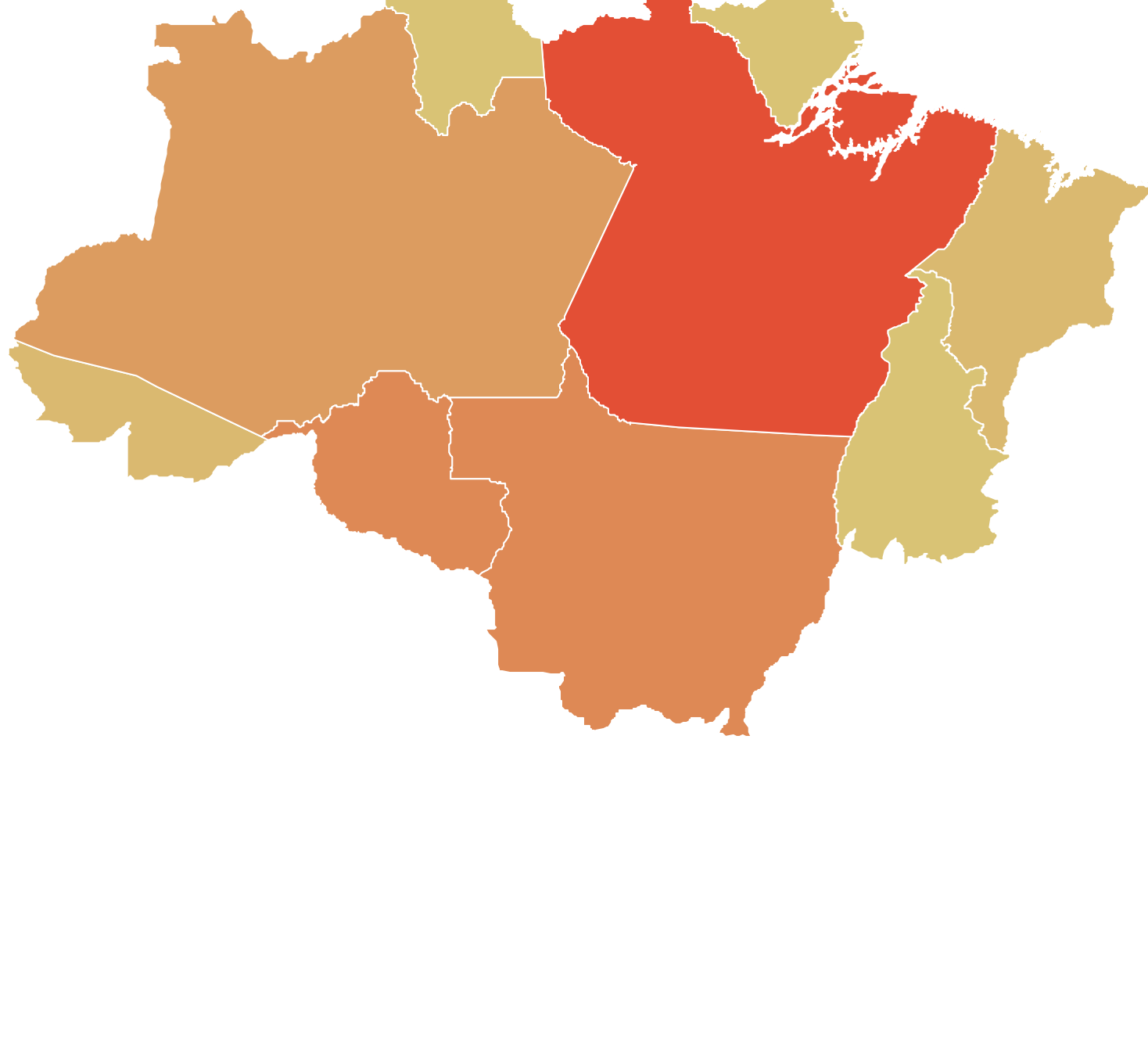


Figura 1 | Taxa de desmatamento (km²) na área florestal de agosto de 2012 a julho de 2017 (Prodes/Inpe).

Desde 2012, Mato Grosso mantém um patamar acima de 1.000 km² de desmatamento por ano (Figura 2). O estado é o segundo que mais desmata a Amazônia no país, ficando atrás unicamente do Pará.

A conversão de florestas no estado detém um alto grau de ilegalidade. De todo o desmatamento identificado, apenas 10% foi realizado em áreas com autorizações para desmatamento ou supressão de vegetação de áreas de reserva ambiental do órgão ambiental licenciado. De acordo com o levantamento dos polígonos de desmatamento nas áreas de reserva ambiental das usinas hidrelétricas licenciadas, 16 km² são imputáveis a geração de energia hidrelétrica, o que representou pouco mais de 1% da área total. Dessa forma, o desmatamento autorizado tanto por órgão federal quanto estadual soma 11% da área desmatada em 2017. O resultado é melhor que em 2016, que mostrou cerca de 95% de ilegalidade, porém, mostra que é urgente a adoção de medidas drásticas contra a ilegalidade, caso Mato Grosso queira alcançar a meta estabelecida de zerar o desmatamento ilegal até 2020.

Características do Desmatamento na Amazônia Mato-grossense em 2017¹

89% do desmatamento em Mato Grosso é ilegal

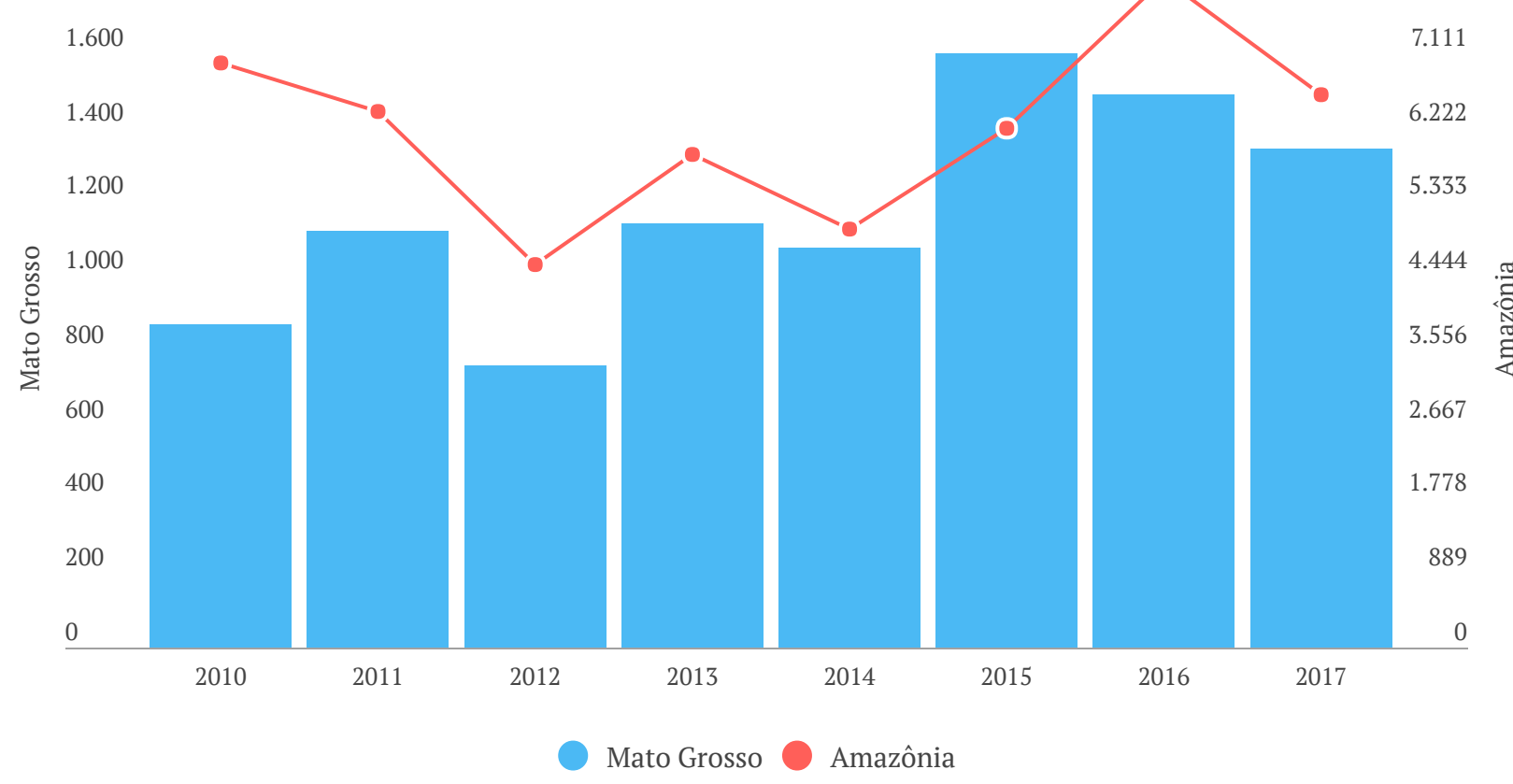


Figura 2 | Evolução do desmatamento (km²) na área florestal de agosto de 2012 a julho de 2017 (Prodes/Inpe).

A concentração de áreas desmatadas em determinadas regiões do estado demonstra a existência de fronteiras ativas de desmatamento. Em 2017, 10 municípios foram responsáveis por 48% das áreas com corte raso (Figura 3). Neste contexto, destaca-se também a região Noroeste, responsável por 33% de todo o desmatamento observado no período (430 km²). Colniza, exclusivamente, deteve 41% do desmatamento detectado nesta região (174,7 km²), sendo que a maior parte ocorreu em áreas com categoria fundiária não identificada (67%).

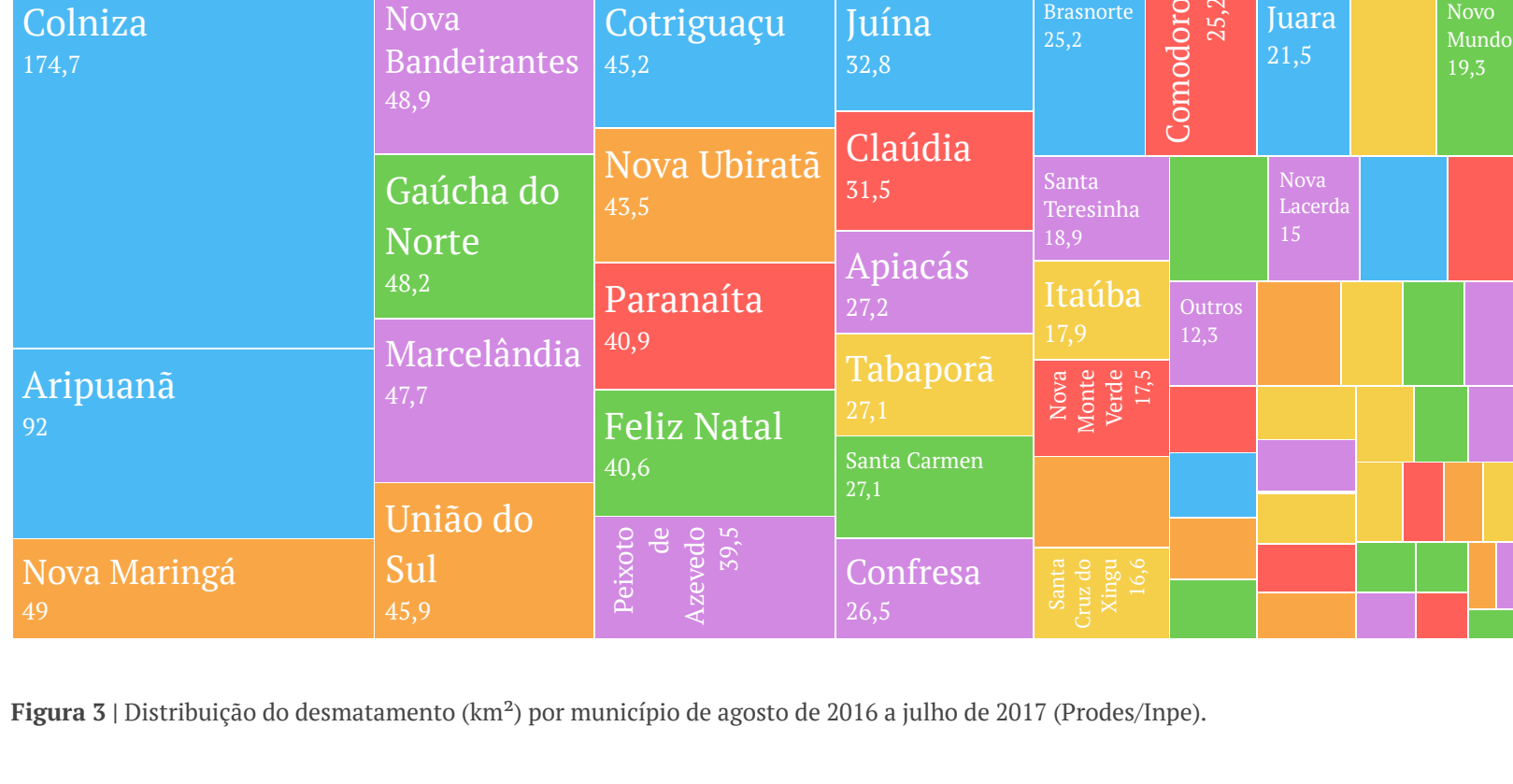


Figura 3 | Distribuição do desmatamento (km²) por município de agosto de 2016 a julho de 2017 (Prodes/Inpe).

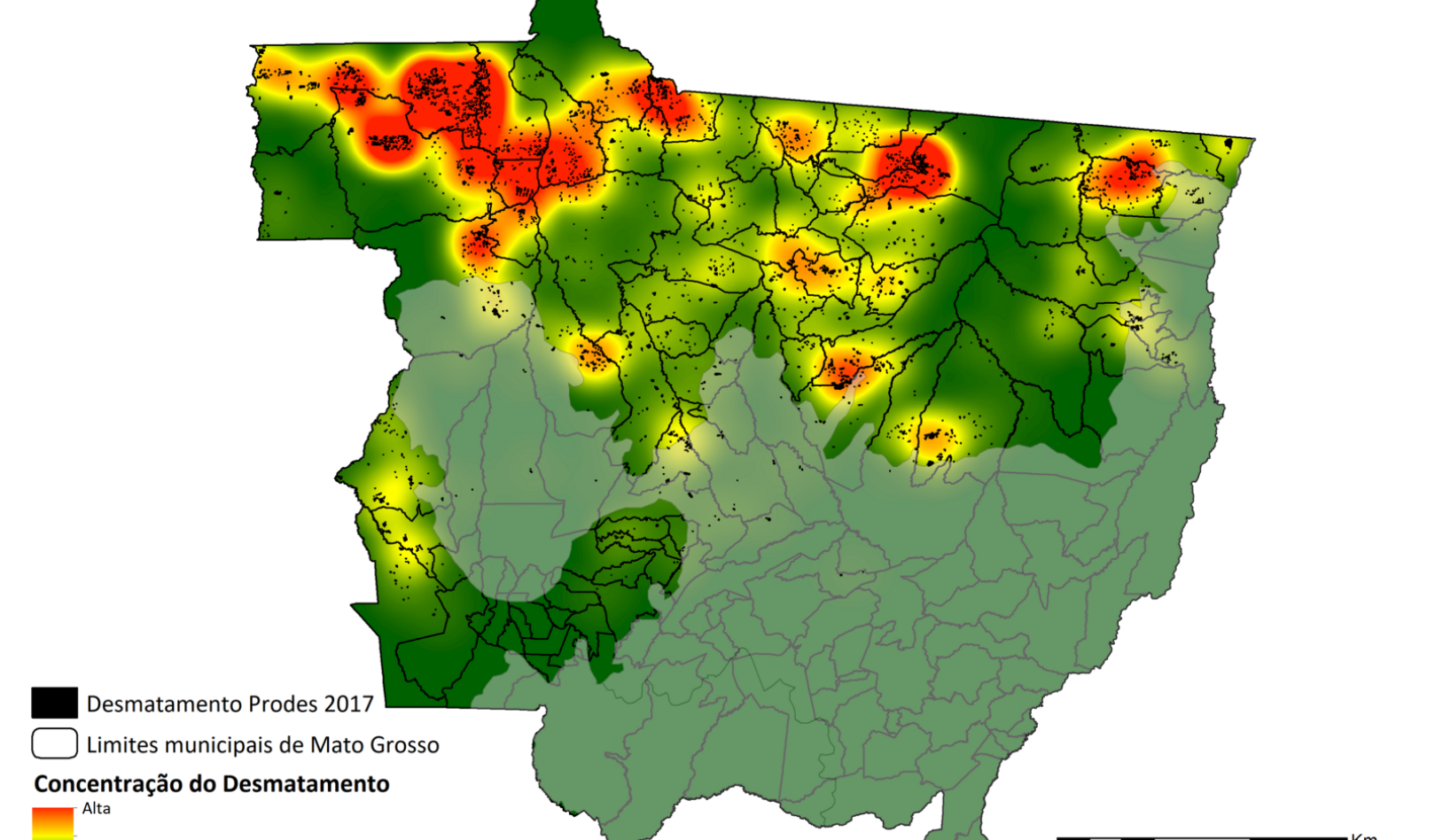


Figura 4 | Regiões de concentração do desmatamento detectado entre agosto de 2016 e julho de 2017 em Mato Grosso (Prodes/Inpe).

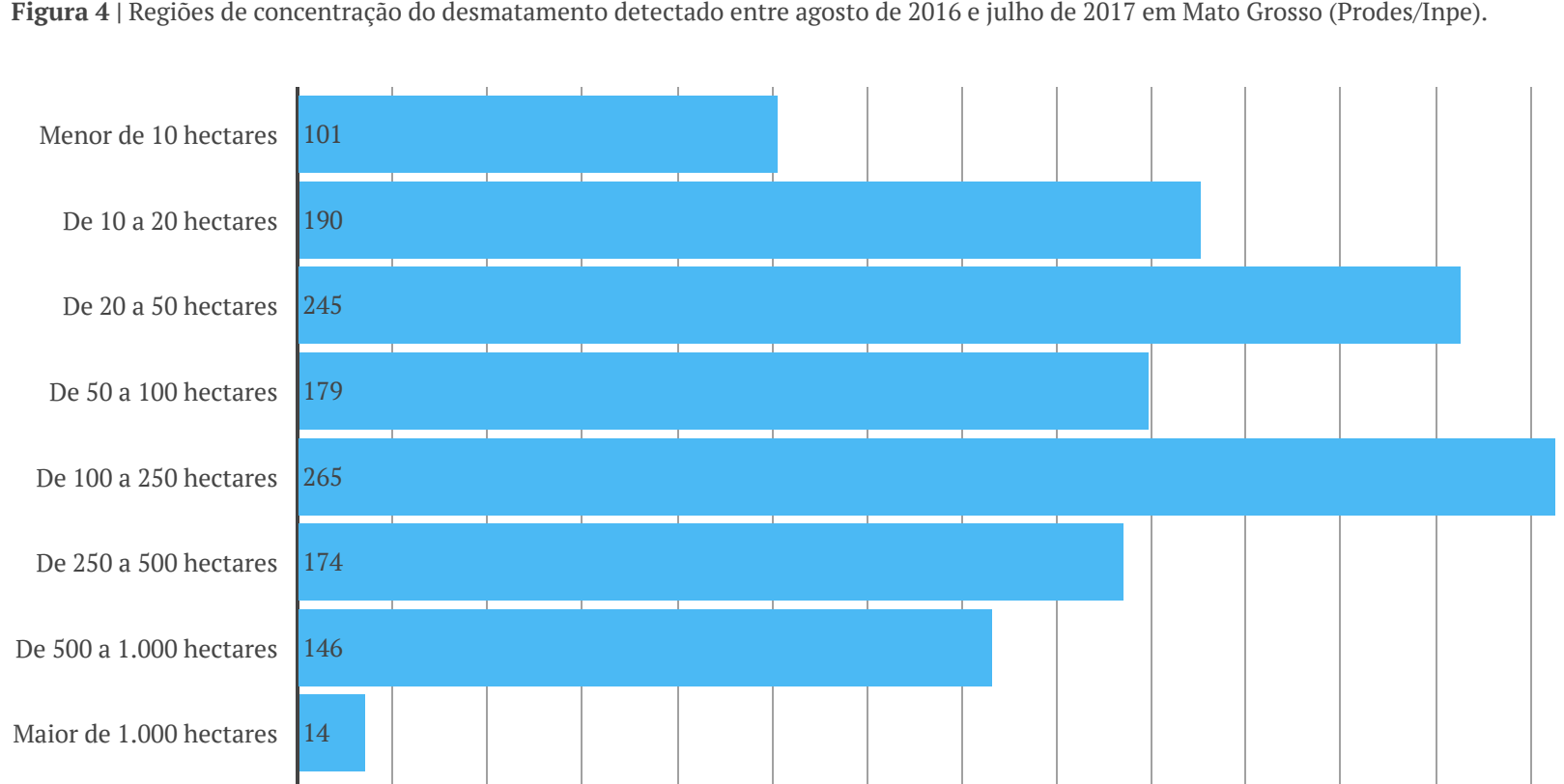


Figura 5 | Áreas desmatadas (km²) por tamanho de polígono, de agosto de 2016 a julho de 2017 (Prodes/Inpe).

A detecção do Prodes tem demonstrado um aumento no tamanho das áreas desmatadas. Em 2017, os polígonos maiores que 50 hectares representaram 56% do desmatamento (Figura 5). A área dos desmatamentos com mais de 100 hectares aumentou 37% entre 2016 e 2017.

A análise por categoria fundiária demonstrou que 47,5% (623 km²) de desmatamento ocorreu em imóveis rurais privados cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (Sicar). Outros 463 km² de desmatamento ocorreram em áreas sem categoria fundiária conhecida (Figura 6). Os projetos de assentamentos da reforma agrária, por sua vez, respondem por 15,4% da área desmatada, o que significa uma redução de 20% em relação a proporção do ano anterior.

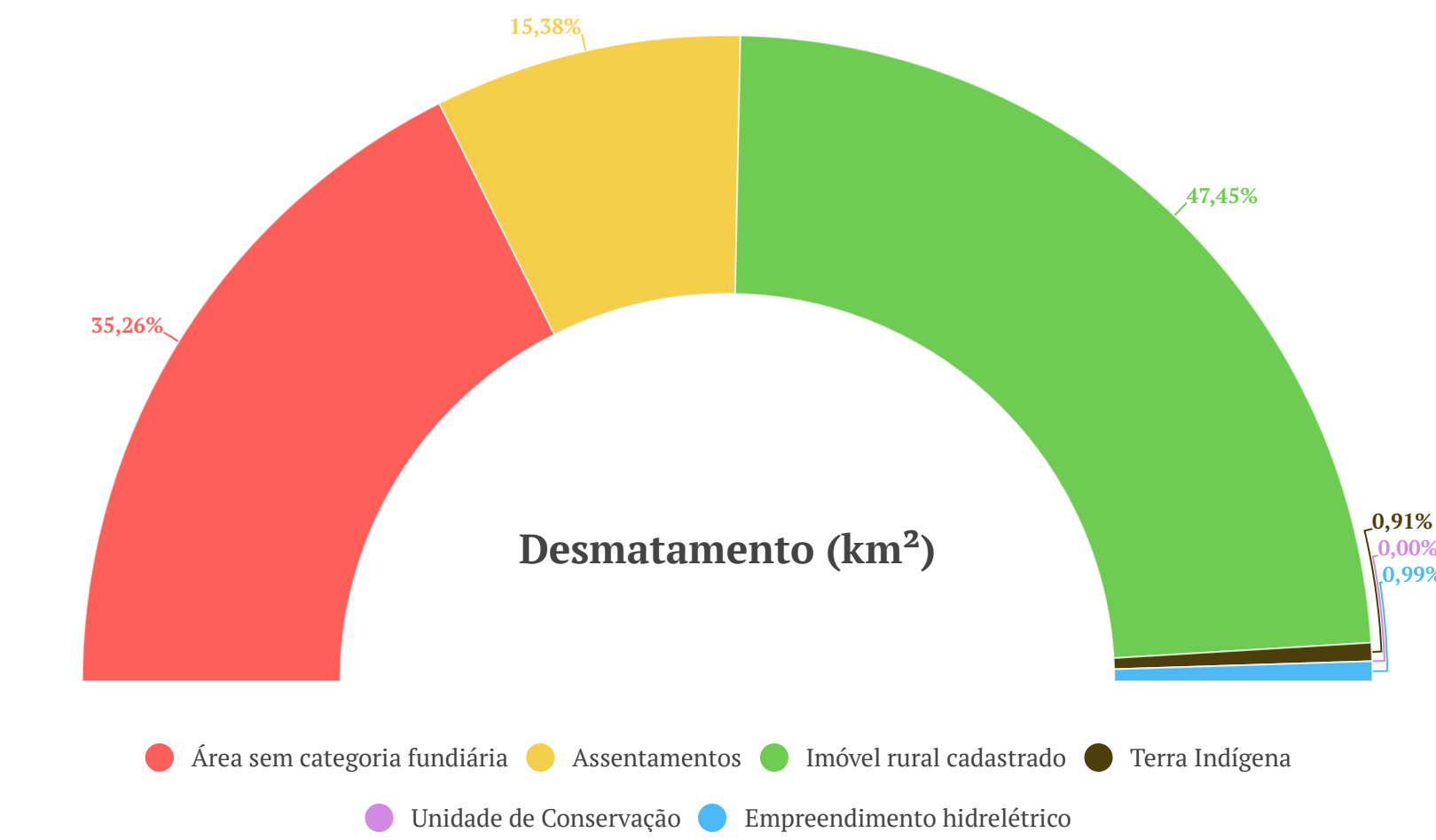


Figura 6 | Áreas desmatadas (km²) por categoria fundiária, de agosto de 2016 a julho de 2017 (Prodes/Inpe).

Das áreas desmatadas em imóveis privados, 58% ocorreram em propriedades com áreas superiores a 1.500 hectares. Destes, 86% dos polígonos detinham tamanhos superiores a 100 hectares (Tabela 1). Assim, observa-se que 26% do total desmatado foi referente às áreas com mais de 100 hectares em grandes propriedades.

1/4 da área desmatada tem mais de 100 hectares e ocorre em grandes propriedades privadas

Classe de tamanho	Menor de 10 ha	De 10 a 20 ha	De 20 a 50 ha	De 50 a 100 ha	De 100 a 500 ha	Maior de 500 ha	Total
Menor de 400 hectares	2.254	1.826	2.493	2.253	2.057	0	10.883
De 400 a 1.500 hectares	808	924	2.076	2.451	11.677	684	18.620
Maior de 1.500 hectares	548	809	1.690	2.565	11.945	22.541	40.098
Total	3.610	3.560	6.259	7.269	25.679	23.225	69.601

Tabela 1 | Áreas desmatadas (hectares) em imóveis rurais privados cadastradas de acordo com o tamanho da propriedade e dos polígonos de desmatamento, de agosto de 2016 a julho de 2017 (Prodes/Inpe).

Dados levantados junto a Secretaria do Estado de Meio Ambiente (Sema) mostram a ampliação dos esforços de fiscalização nos últimos anos. Entre os anos de 2013 e 2016, o número de embargos pelo órgão estadual aumentou cerca de 20 vezes (Figura 7). Entretanto, em 2017, a área embargada foi 82% menor que no ano anterior³. Dos 815 km² embargados entre 2016 e 2017, apenas 62 km² foram em áreas com detecção do Prodes 2017.

A fiscalização do Ibama em Mato Grosso continua com índices mais elevados do que a fiscalização estadual. De 2013 a 2017 foram emitidos cerca de 653 notificações de infração ambiental por desmatamento ilegal, que representam pouco mais de 1 mil km² por ano. Em 2017, também observa-se uma redução significativa da atuação da fiscalização, 46% a menos. 12% das áreas com embargos federais entre 2016 e 2017 coincidiram com desmatamentos detectados pelo Prodes 2017.

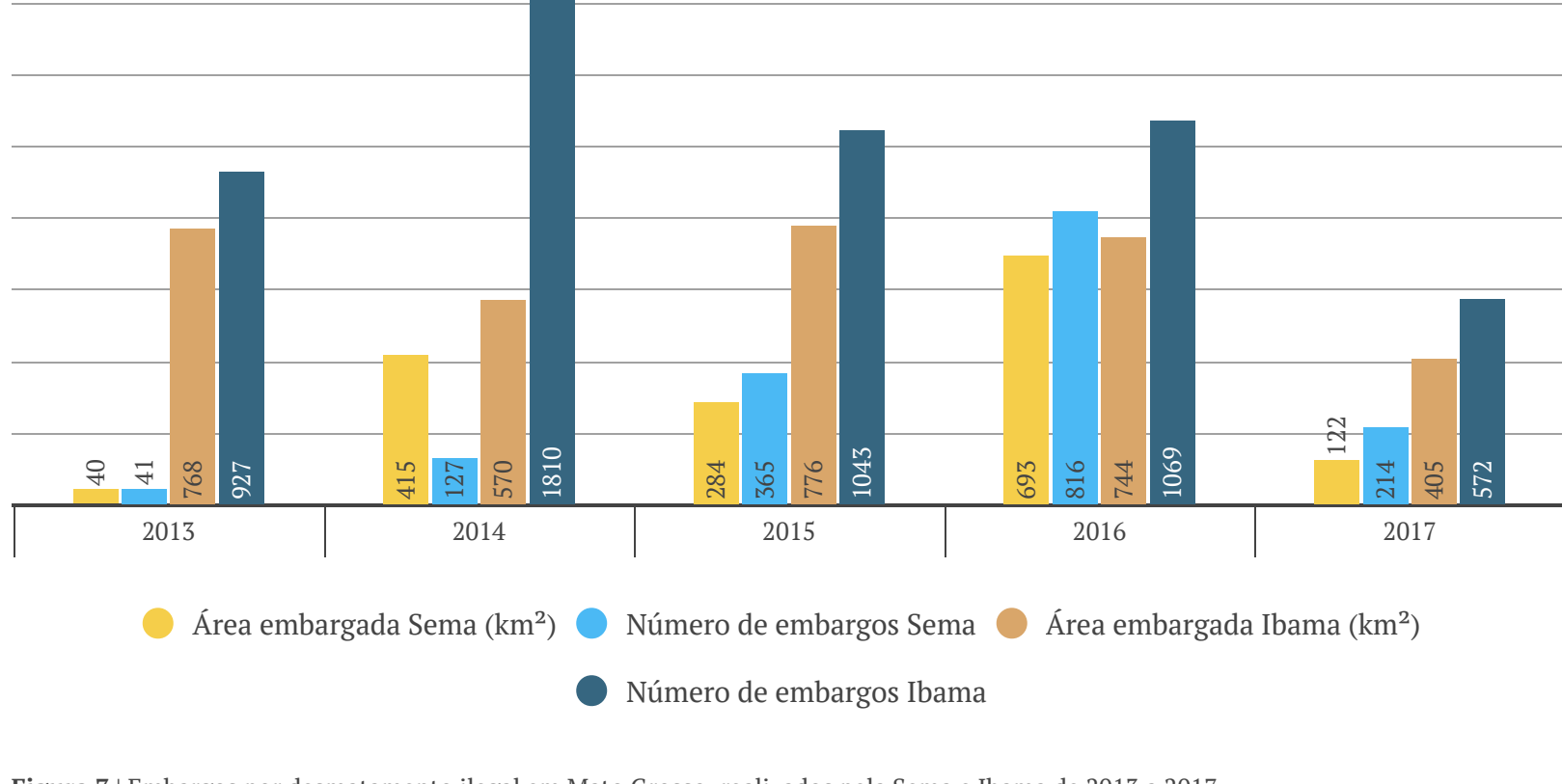


Figura 7 | Embargos por desmatamento ilegal em Mato Grosso, realizados pela Sema e Ibama de 2013 a 2017.

Recomendações para o controle do desmatamento

Os dados de desmatamento detectados pelo Prodes demonstram que é necessário reforçar as ações de combate ao desmatamento ilegal, e melhorar a implementação de políticas públicas e iniciativas privadas que reduzam a pressão sobre as florestas. Assim, nossas recomendações são:

- Intensificar as ações de monitoramento e fiscalização:** parte significativa do desmatamento ocorre em imóveis cadastrados e em polígonos superiores 100 ha. A implementação da atuação remota pode auxiliar o governo estadual atuar de forma mais ágil na identificação e responsabilização dos infratores. Além disso, a implantação de um Centro de Operações Ambientais no Noroeste pode ser decisivo para o combate de quase 1/3 do desmatamento do estado.
- Implementar o Código Florestal:** avançar na análise dos cadastros inscritos e regularização ambiental dos imóveis rurais, com incentivos para a recuperação das áreas e manutenção das florestas e responsabilizando aqueles que desmataram ilegalmente.
- Disponibilizar informações ambientais:** a transparência dos dados do CAR, licenciamento, autorizações e fiscalização é essencial para que a sociedade, órgãos públicos e setor privado possam acompanhar as ações de infratores, bem como monitorar a atuação do poder público aumentando, assim, o controle ambiental.

¹ As análises foram feitas usando polígonos de desmatamento do Prodes identificados para Mato Grosso, obtidos diretamente no site do Inpe. Segundo essa base de dados, o estado foi responsável por 1.314 km² em 2017. A taxa oficial reportada pelo Prodes é de 1.341 km². Esta diferença ocorre porque o Inpe soma as áreas desmatadas dos anos anteriores que estavam cobertas por nuvens quando da realização do mapeamento.

² Os dados de autorizações de desmatamento da Sema para o ano de 2017 são referentes aos meses de janeiro a setembro.

³ Os dados de embargos emitidos pela Sema para o ano de 2017 referem-se aos meses de janeiro a setembro. Os dados do Ibama, por sua vez, para o ano de 2017, referem-se a embargos de janeiro a outubro.